

A POLÍTICA DA FAO PARA A PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR*

Hans Meliczek¹

Resumo

O presente artigo trata da política da FAO para a promoção da agricultura familiar. Através das quatro missões principais da FAO (coleta, organização, análise e transmissão de informações, função de um fórum neutro para troca de experiências, cooperação técnica e assessoria política), busca-se comprovar que o desenvolvimento sustentável é tecnicamente adequado, economicamente eficiente e socialmente assimilável. Nesse sentido e com base na experiência da FAO, o autor faz algumas considerações no fito de uma reflexão sobre a agricultura familiar e suas (des)vantagens, assim como o futuro da economia familiar.

Palavras-chave: Food and Agriculture Organization (FAO), desenvolvimento sustentável, agricultura familiar

Abstract

This article deals with the politics of FAO for the promotion of familiar agriculture. Through the four major missions of FAO (collect, organization, analysis and transmission of information, function of a neutral Forum to exchange experiences, technical cooperation, and political assistance), we intend to prove that the sustainable development is technically adjusted, economically efficient and socially assimilable. In this direction and based on the experience of FAO, the author makes some considerations, reflecting on familiar agriculture and its (des)advantages, as well as the future of the familiar economy.

Keywords: Food and Agriculture Organization (FAO), Sustainable development, Familiar agriculture.

* Palestra proferida no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Agricultura Familiar - Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil - 28 de setembro de 2001.

Agradecemos a Prof. Lissi Bender Azambuja pela tradução alemão-português deste artigo.

¹ Professor do Instituto para o Desenvolvimento Rural da Universidade Göttingen - Alemanha.

1A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DA FAO

Para ilustrar a política da FAO para a agricultura familiar, parece-me apropriado para começar, descrever-lhes como são tomadas as decisões no interior da organização e como são estabelecidas as prioridades.

A FAO é uma organização especial das Nações Unidas, responsável dentro do sistema VN para questões relativas à alimentação, à agricultura, à silvicultura e à piscicultura. Ela foi fundada em 1945 e, atualmente é composta de 180 países membros e de uma associação regional da União Européia. A FAO não é uma instituição financeira. Ela opera através de aconselhamento e troca de experiências. Ao todo, ela dispõe de US \$ 325 milhões por ano (FAO, 1999).

O mais alto órgão da organização é a conferência FAO, que se reúne a cada dois anos em novembro. Para essa oportunidade, normalmente se encontram os ministros da agricultura dos países membros no quartel-general da organização em Roma. A conferência é, na sua qualidade de assembléia dos países membros, o mais alto órgão de decisão e comando da organização. Ele decide as diretrizes da política e determina o programa de trabalho e o orçamento para os dois anos subsequentes.

As diretrizes de trabalho para as ações futuras são submetidas à conferência para discussão e tomada de decisão que, por sua vez, serão aperfeiçoadas pelas instâncias inferiores. O programa de atividades se move dentro do quadro dos objetivos fixados no regulamento da FAO. Estes são estipulados como segue:

- Aumento do nível nutricional e de manutenção da vida nos países membros;
- Assegurar a eficiência na produção e distribuição dos alimentos e de outros produtos agrícolas;
- Melhorar as condições de vida da população rural e com isso
- Ampliar a economia mundial e libertar a humanidade da fome.

Neste contexto a FAO persegue o objetivo de uma agricultura sustentável, o que para ela significa: a utilização e preservação dos recursos naturais e a orientação para uma mudança técnica e institucional de modo que possa garantir a satisfação das necessidades humanas no presente e no futuro. Esse desenvolvimento sustentável visa preservar solo, água, recursos genéticos da flora e da fauna, proteger o meio ambiente, e é tecnicamente adequado, é economicamente eficiente e socialmente assimilável.

Estes objetivos, bem amplos, podem ser alcançados de diferentes maneiras e através de estratégias diversas. Para tanto a FAO destaca em seu mais novo documento político: *The Strategic Framework for FAO, 2000–2015*: “O potencial da FAO deriva, entre outros, do respeito aos diferentes caminhos e formas de agir para alcançar objetivos comuns” (FAO, 1995a, p.7).

As estratégias aceitas como sugestões, no respectivo programa de trabalho, recebem influência de diferentes agremiações. São em primeiro plano os colaboradores técnicos da organização. Eles realizam os trabalhos preparatórios, fazendo um primeiro

esboço do programa de trabalho. Para tanto, estão à disposição da organização mais de 3.700 colaboradores, 1.400 no alto escalão e 2.300 no serviço geral. Eles são recrutados com base na sua competência profissional e de acordo com uma cota por país.

Os colaboradores atuam em oito departamentos principais. Os departamentos técnicos mais importantes são os da agricultura, os das questões econômicas e sociais, os da pesca, os da economia florestal, os do desenvolvimento sustentável e os de cooperação técnica. Cada departamento principal se ramifica em diversos sub-departamentos e estes mais uma vez em diferentes setores. O processo da organização do programa passa dos colaboradores para as diferentes chefias setoriais e das chefias dos departamentos principais para o diretor geral da FAO. Este examina as sugestões da secretaria e as passa para as devidas comissões de especialistas. Estas são formadas por representantes dos países membros.

Entre as comissões mais importantes estão, entre outras:

- a comissão das finanças (FC),
- a comissão do programa e da coordenação (CPC),
- a comissão da agricultura (COAG),
- a comissão da pesca (COFI),
- a comissão para economia florestal (COFO),
- a comissão para assegurar alimentação ao planeta (CFS),
- a comissão para política e programas de alimentação (CFA).

Os participantes das comissões apreciam, comentam e aprimoram, quando necessário, os projetos e os encaminham à conferência, via conselho executivo, para edição final.

A FAO também recebe impulsos políticos importantes das conferências regionais, cujas decisões igualmente são consideradas pela secretaria. Além dessas, as determinações advindas de conferências internacionais são de decisiva importância para a concepção da política da FAO. Em consonância com meu tema de hoje, eu gostaria de citar, como exemplos importantes, a Conferência Mundial para a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (1979), a Conferência da UN para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e a Reunião de Cúpula para Alimentação Mundial (1996).

É também de grande relevância, para a configuração do programa, o papel de comando do diretor geral que, em trabalho conjunto com os países membros, estipula as características políticas da FAO. O atual diretor geral, Dr. Jacques Diouf foi eleito em 1993 para atuar por seis anos nessa posição e foi reeleito em 1999. Uma de suas primeiras ações, no cargo, foi a criação do Departamento Geral para o Desenvolvimento Sustentável e dentro deste a criação de uma repartição para a mulher e a população. Ele também provocou a fundação do programa especial para o seguro-alimentação, que objetiva auxiliar países com deficiência nutricional.

Com as constantes viagens que realiza aos países membros, o diretor geral conhece a fundo as necessidades destes, e se empenha em ajudá-los direta e indiretamente na

execução de programas de desenvolvimento, com medidas de ajuda apropriadas na realização de suas atividades.

Como os problemas da agricultura não podem ser resolvidos a curto prazo, não é de se admirar que a orientação política e com isso também o programa de trabalho apresentem uma certa continuidade. Assim, por exemplo, medidas de proteção em favor de plantas e para evitar doenças em animais, mantiveram-se, nos últimos anos, em todos os programas.

Mudanças expressivas da política da Organização se deram, entre outras:

- após a conferência mundial para reforma agrária e desenvolvimento rural. Após este encontro, a Organização complementou um antigo objetivo de desenvolvimento: o da primazia do crescimento econômico através de duas metas de igual importância: justiça social e participação;
- após a conferência UN para o meio ambiente e desenvolvimento, a FAO formulou uma política de desenvolvimento que colocou o princípio da sustentabilidade em primeiro plano e;
- após o encontro de cúpula para o abastecimento mundial, a política da FAO concentrou-se na problemática da garantia de alimentação perante os seus países membros.

Em função da sua cooperação na conferência, todos os países membros têm direito a voto na decisão da política da FAO. Cada um deles está empenhado em influenciar e alinhar essa decisão de acordo com suas idéias, suas tradições e condições. Mas, como a prioridade dos países membros divergem entre si, e como o orçamento da organização é limitado, nem todos os interesses apresentados podem ser contemplados. Por isso, nas decisões de natureza política e na formulação de prioridades, chega-se a acordos em tempo oportuno.

Os cooperadores da FAO, que aperfeiçoam os documentos básicos estão conscientes de que suas sugestões somente serão aceitas, se levarem em conta as condições locais, construir a partir delas e tentarem melhorá-las respectivamente. Para a execução de projetos e êxito em efetivar medidas agro-políticas, tem um significado especial e decisivo o trabalho em conjunto com funcionários nacionais. No caso específico do Brasil, a FAO trabalhou estreitamente junto com o INCRA no aconselhamento para a agricultura familiar.

Para a formulação de suas sugestões políticas, a FAO pode recorrer a um amplo repertório de experiências internacionais, a conhecimentos e intermediá-los sem preconceitos. É claro que, de acordo com seu regulamento, ela somente pode desempenhar suas funções a pedido dos governos membros. Isto significa que ela pode chamar atenção para dificuldades e empecilhos, que ocorrem com a manutenção de uma política tradicional, ela pode apontar as vantagens e desvantagens de determinadas soluções e recomendar diretrizes mas, ela não pode, por sua iniciativa, impor uma determinada política. Em nosso caso específico, no Brasil, a FAO apontou para as vantagens da

agricultura familiar, em início dos anos 90, quando esta ainda não era reconhecida no país como uma meta de desenvolvimento apropriada (FAO, 1995b).

1 AS MISSÕES E ATUAÇÕES DA FAO

A FAO tem quatro missões principais:

- coleta, organização, análise e transmissão de informações;
- função de um fórum neutro para troca de experiências;
- cooperação técnica;
- assessoria política.

Faz parte da primeira missão, entre outras, a coleta de dados estatísticos sobre a produção de produtos agrícolas, que são avaliados pela FAO e editados anualmente em livro e na Internet. Além disso, a FAO publica resultados de trabalhos científicos, anais de congressos e conferências, bem como estudos de caso de determinados problemas atuais na agricultura. Com isso ela fornece estímulos aos países membros para utilização desses novos conhecimentos e experiências em fins próprios. Para o nosso tema, por exemplo, é muito relevante o estudo sobre empresas familiares na Itália. Nele encontra-se exposta a política do governo italiano para a agricultura familiar. Esse estudo visa, principalmente, dois objetivos:

- a eliminação, ou seja, a redução a curto prazo, das tensões políticas e sociais no campo e
- a transferência de trabalhadores do campo e arrendatários para uma classe politicamente estável de pequenos donos de terra auto-suficientes, que utilizam eficientemente a mão-de-obra familiar em sua propriedade. (FAO, 1996a, p. 7).

A FAO esclarece em seu estudo que a política italiana para a promoção de empresas familiares, através da concessão de auxílios financeiros e subvenções caras, estava justificada e correspondia também aos ditames da comunidade européia (FAO, 1996a, p. 86) mas, por outro lado, ela alerta para os altos custos relacionados com a operação e pondera que dificilmente algum outro país deve estar em condições de empregar valores públicos tão altos para a realização de sua política agrícola (FAO, 1996 a, p. 90).

Os muitos congressos, seminários e conferências que a FAO realiza em nível nacional, regional e internacional, servem para a troca de experiências internacionais.

A cooperação técnica estende-se a todos os setores da agricultura, isto é, tanto às áreas de cultivo de plantas, de manutenção de animais como de proteção ao ambiente, e também a aspectos sócio-econômicos da utilização da terra. Neste âmbito, a situação inicial é relativamente complicada por causa das diferentes condições ambientais. Especialmente nos setores de estrutura e constituição agrária e, em nosso caso especial,

na assessoria política para a melhor e mais adequada forma de funcionamento. A FAO se orienta sempre pelas circunstâncias dadas pelo quadro econômico e político de um país. Fazem parte disso também as exigências da sociedade civil e das ONGs, e como, por exemplo, no caso do Brasil, as demandas do movimento dos sem-terra.

Em virtude da condição inicial distinta de país para país, não é possível para a FAO sugerir receitas práticas, que possuam a mesma validade para todos os países. Isto significa, em outras palavras, que não existe uma política geral válida da FAO para a melhoria da estrutura agrária e agricultura familiar, mas há diferentes concepções políticas. Uma forma de procedimento político de tal modo flexível, que serve às condições locais é, aliás, não somente utilizada pela FAO, mas também por outras organizações internacionais. Assim, também o banco mundial não tem uma política ampla, válida de forma irrestrita para o setor da economia agrária (World Bank, p.35).

Sem dúvida, quando se trata de deliberação na esfera da política agrária, a organização persegue determinados princípios e objetivos. Estes são:

- aumento da produtividade;
- eficiência econômica;
- compatibilidade social e
- eficácia.

Estes objetivos podem ser muito bem alcançados por empresas familiares. Na esfera internacional oferecem-se, para tanto, também outras formas empresariais: empresas estatais, empresas coletivas, fazendas e plantações.

2 O QUE É AGRICULTURA FAMILIAR?

A concepção da agricultura familiar é discutida de forma controversa na teoria e na prática e oferece um amplo fundo teórico. Como em muitos conceitos da ciência social, não existe uma definição geral válida, que é reconhecida por todos. No caso ideal, a empresa familiar é um empreendimento agrícola, que é administrado pela família. Tanto o chefe quanto todos os integrantes da família empregam todo seu tempo de trabalho nas atividades do empreendimento, que lhes pertence como propriedade privada e todo seu rendimento é fruto da produção agrícola. Empreendimentos familiares podem ser de subsistência ou podem produzir para o mercado.

O tamanho do empreendimento não é decisivo para a categorização. Esta depende da forma e da intensidade de produção. Na comparação internacional, encontramos propriedades familiares com tamanho médio inferior a um hectare no sudeste da Ásia, com a produtividade de empreendimentos na América Latina com mais de 50 hectares. Deixando de lado as realidades locais, a FAO enfatiza, no geral, a "relação inversa" (inverse relationship) desde tamanho do empreendimento até produção e ocupação. Isto é, a produção e os afazeres aumentam à medida que o tamanho do empreendimento diminui

(FAO, 1995e, p.320). O motivo para tal reside no fato de que grandes empreendimentos privilegiam o fator de produção de capital, em forma de implementos agrícolas, e desprezam em contrapartida o fator trabalho.

Mas também se designa como empresa familiar os serviços dos familiares cujo rendimento suplementar é conseguido fora do setor agrícola. Esta parcela monta entre 30 e 40 por cento no mundo todo (FAO, 1995e, p.293). A pergunta, até que ponto empresas que empregam mão-de-obra não familiar, seja em base permanente ou transitória, ainda são consideradas empresas familiares, é respondida diferentemente de país para país e também pela FAO.

Também contam como empresas familiares, empreendimentos que fecharam contrato de produção com empreiteiros agro-industriais. Essas firmas podem subsidiar pequenos agricultores com créditos, meios de produção, assistência técnica, orientação e, com isso, minimizar deficiências de acesso a esses serviços. No entanto, experiências da FAO na América Central mostraram que esses contratos somente são bem sucedidos para empresas familiares, se estas se unem em organizações de produção, em cooperativas. Desse modo elas têm uma melhor base de negociação frente aos representantes das firmas agro-industriais do que agricultores individualmente (FAO, 1997a, p.28).

Com relação a agricultura familiar não é necessário que as empresas familiares possuam propriedade privada. Famílias que atuam em terras arrendadas também são consideradas empresas familiares. Também contam como empresas familiares as propriedades comunitárias que são utilizadas para agricultura.

O significado da agricultura familiar há muito é reconhecido pela FAO. Conforme um estudo sobre administração de propriedade rural e sustentabilidade: "Famílias de agricultores são as pedras fundamentais para o desenvolvimento social e econômico. As comunidades rurais são a chave para a compreensão de mudanças ambientais, pois elas são os utilizadores e gerenciadores do ecossistema rural em nível de subsistência. Elas têm o potencial, o papel mais importante na conservação dos recursos da terra, da água e das florestas. Além disso elas têm um papel importante na conservação dos recursos genéticos" (FAO, 1994, p. 63).

3 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O empreendimento familiar afirmou-se na Europa, neste último século, e também nos países em desenvolvimento deu provas de uma unidade produtiva eficiente. Suas vantagens foram resumidas pela FAO, conforme segue:

- grande produtividade do trabalho;
- distribuição flexível do trabalho;
- motivação elevada;
- estímulo para iniciativa privada;

- bom conhecimento das melhores e mais adequadas condições de produção;
- diversidade de produção e com isso;
- minimização dos riscos e
- utilização sustentável da terra.

Em nível macro econômico, rendimentos elevados da agricultura familiar conseguem uma elevada procura por bens de uso, com isso estimulam o desenvolvimento da indústria leve no campo e elevam a criação de postos de trabalho (FAO, 1995e, p. 285).

Um exemplo impressionante para a supremacia das empresas familiares, que trabalham por conta própria, perante grandes empresas estatais ou coletivas, é o desenvolvimento político agrário na China desde 1978. A dissolução das comunas e a introdução de empreendimentos familiares auto-responsáveis levou a uma elevação drástica da produção agrícola. Desde a introdução da reforma, o setor agrícola subiu 6 por cento anualmente. O maior crescimento da produção foi alcançado entre 1979 e 1984, quando a renda per capita da população rural subiu em torno de 15 por cento ao ano (FAO, 1994c, p. 138).

Aumento parecido de produtividade foi atingido também no Vietnã em 1981. Com a transição de um sistema agrário dirigido coletivamente para um sistema com direito de utilização individual para produtores rurais foi alcançado um aumento significativo da produção e da produtividade agrícola. Entre 1981 e 1986 a produção agrária subiu 6 por cento ao ano e nos seis anos subsequentes em torno de 5 por cento (FAO, 1994d, p.92).

Uma situação inversa aconteceu na Coreia do Norte. Nos anos 50, as empresas familiares também foram dissolvidas e transformadas em grandes empresas, segundo o modelo soviético *Kolchos-Modell*. Nesse meio tempo estas empresas produzem 95 por cento da produção agrícola. Diferentemente de outros países socialistas, que reconheceram os pontos fracos de grandes empresas com direção centralizada, o governo não abriu mão de seu rigoroso sistema. Uma das conseqüências dessa política é uma acentuada redução da produção de arroz e milho, dois dos gêneros alimentícios mais importantes do país. Nestes últimos dez anos a produção caiu para menos da metade (Land Tenure Center, 2001, p.3).

As empresas familiares não se constituem somente de vantagens, há também certas desvantagens que são:

- alto custo para a aquisição de meios de produção;
- altos custos para transporte e comercialização;
- altos custos de transação;
- sucessão irregular de trabalho com períodos de muito trabalho intercalados com épocas de pouca atividade.

Estas desvantagens, no entanto, podem ser superadas através de cooperação voluntária entre as empresas, por exemplo, comprando em conjunto os meios de produção, se unindo na preparação e na venda dos produtos e compartilhando o uso de máquinas e implementos. Isto pode ser conseguido com a fundação e fortalecimento de

grupos informais de ajuda mútua, de associação para maquinarias e cooperativas. Desse modo as empresas familiares podem reduzir custos e produzir com maior eficiência. A FAO apóia esse tipo de esforço através de seus programas de fomento para cooperativas agrícolas, o *Small Farmer's Development Programme* e o *People's Participation Programme*.

4 EMPRESAS FAMILIARES EM COMPARAÇÃO COM OUTROS TIPOS DE EMPRESAS

Em muitos países existem diferentes formas de grandes empresas ao lado de empresas familiares, que não são organizadas em torno da mão-de-obra dos integrantes da própria família, mas do trabalho de assalariados, de plantadores e de ambulantes.

São os grande empreendimentos como empresas estatais, coletivas e as em poder privado, regulamentadas através de diferentes formas legais.

Empresas estatais têm, em muitos países, um papel importante como instituições de pesquisa e de experimentação. Executando os antigos países socialistas, nos quais essa forma de empresa preenchia uma importante função de produção, esse tipo de empresa não é apropriada para fins produtivos.

Empresas coletivas e cooperativas de produção também empregam mão-de-obra alheia. Espera-se desses trabalhadores o mesmo empenho existente entre integrantes de família, isto é, interesse próprio, motivação e cuidado, ao mesmo tempo que se procura aproveitar as vantagens da especialização, como em grandes empresas. No entanto, com respeito a competência decisória, a disciplina no trabalho e pagamento, elas simpatizam mais com a mão-de-obra alheia. Em contraposição à pretensão teórica, na prática não foram resolvidos os problemas da motivação sem pressão e estímulos materiais, assim muitas vantagens se perdem em meio a burocracia.

A falta de interesse pessoal e de segurança de um pagamento garantido pelo Estado foram o principal motivo para o insucesso e a dissolução de empresas coletivas nos países socialistas. Também na América Latina, não lograram êxito experiências com cooperativas de produção agrícola (FAO, 1995e, p. 323).

Em conferência no âmbito do grupo de trabalho da comissão econômica da UN para a Europa (ECE) a FAO reiterou as desvantagens relativas às grandes empresas, como por exemplo os altos custos de transporte para disponibilização de forragens e os problemas com a remoção do esterco. Essas empresas tinham, por exemplo, em muitos casos da DDR, um rebanho de 2.000 vacas leiteiras ou 50.000 porcos. No entanto, até a dissolução da economia planificada socialista, não se tomou conhecimento das advertências da FAO.

Após uma análise dos dois tipos de empresas no Brasil, a FAO organizou a seguinte classificação:

Empresas com mão-de-obra assalariada	Empresas com mão-de-obra familiar
Separação entre gerência e execução de trabalho	união entre gerência e execução de trabalho
Organização empresarial centralizada Especialização da produção	organização da empresa via família diversificação da produção
Ênfase das formas de produção	Ênfase da sustentabilidade e da qualidade padronizadas de vida
Predomínio de mão-de-obra assalariada	predomínio da mão-de-obra familiar e eventualmente acrescida de assalariada
Emprego de tecnologia, para ser independente em relação a lugar e estação do ano	emprego flexível de tecnologia para poder minimizar o imprevisível

Fonte: FAO, 1995b.

Através desta Exposição fica claro, que no Brasil a agricultura familiar é mais apropriada para a manutenção da sustentabilidade e para a produção de qualidade de vida, do que a empresa com mão-de-obra assalariada.

Agricultura é por natureza uma atividade descentralizada. Um setor complexo como a agricultura não pode ser planejado e dirigido eficientemente por um governo central. Um subsídio do Estado em forma de assessoria, crédito, comercialização e infraestrutura somente pode ser arranjado eficientemente para pequenos produtores através de um princípio de descentralização (FAO, 1997d, p. 22).

Em todo caso, a FAO reconhece que em casos específicos pode ser necessário promover grandes empresas com mão-de-obra assalariada, que podem em pouco tempo aumentar drasticamente a produção com o emprego de máquinas, irrigação e adubação. Isso vale principalmente para países com aguda deficiência de alimentos.

A FAO também admite que muitos governos, para atingirem êxitos econômicos o mais rápido possível, para poderem pagar suas dívidas, fomentam as empresas agrícolas em grande escala, nas quais se cultivam produtos para exportação (FAO, 1991b, p.9).

Em caso de uma análise para fundação de grandes empresas, deve-se ter presente que uma série de instituições de desenvolvimento internacional favorece esta forma de empreendimento, porque elas partem do princípio de que os custos para a instalação de empresas familiares são significativamente mais elevados do que os para grandes empresas (FAO, 1991b, p. 7).

Todavia a FAO está céptica com relação às atividades das empresas com mão-de-obra assalariada. Ela relacionou inconvenientes, ligados a este tipo de empresa, conforme segue:

- em conseqüência da monocultura há limitação da biodiversidade e perda do conjunto de espécies (animais) do campo e da diversidade de plantas;
- utilização de fontes de energia não renováveis em forma de combustível, de adubos minerais e pesticidas;
- empobrecimento da flora do solo;
- empobrecimento da fauna e
- empobrecimento da substância orgânica (FAO, 1995c, p.27).

Um outro problema, de muitas empresas de grande porte, são as suas fraquezas na área de gerenciamento. Assim, a FAO relata fracassos na implantação de grandes empresas na América Latina. Em 1979 2/3 da área útil no Peru era explorada por cooperativas de produção. Estas ressentiam-se de problemas com a administração da empresa (*diseconomies of scale*) e com a falta de estímulo para o trabalho. Como este tipo de empresa não deu bons resultados, as empresas foram dissolvidas nos anos oitenta e transformadas em empreendimentos familiares individuais. Esta medida resultou num forte aumento da produtividade, em comparação com os anos de produção em forma cooperativada. Também na Nicarágua introduziu-se empresas cooperativadas durante os anos 80. Em conseqüência dos péssimos resultados da produção e, por causa da pressão dos cultivadores de produtos ecologicamente corretos, também aqui as grandes empresas foram dissolvidas e foram subdivididas em pequenas unidades e entregues a agricultores individuais. Vale salientar que a subdivisão das grandes empresas não resultou em um retrocesso da produção, como muitos haviam preconizado (FAO, 1993, p.21).

Desde o início dos anos 90 a FAO se confronta com um novo aspecto da agricultura familiar. Com o fim do socialismo, da atividade de economia socialista planejada e com a introdução de uma economia de mercado, antigos países socialistas, como por exemplo, a Hungria, a Bulgária, a Romênia, a Albânia, a República Checa, a Eslováquia, a Eslovênia e a Polônia mudaram profundamente. Eles criaram as condições para que as antigas propriedades, que haviam sido desapropriadas em virtude da reforma agrária ou da coletivização e transformadas em grandes empresas cooperativadas fossem devolvidas aos seus antigos donos.

Os governos desses países haviam partido do princípio de que, em virtude da descoletivização, dever-se-ia desenvolver um sistema de agricultura familiar. Dirigiram-se, por isso, à FAO para que esta os ajudasse na formatação de uma nova política agrária e especialmente no redimensionamento do tamanho dos empreendimentos agrários (FAO, 1996b, p.7).

Num primeiro momento a FAO forneceu apoio aos esforços dos novos governos e fez as seguintes recomendações:

- Restituição dos direitos de propriedade aos antigos donos ou a seus descendentes e criação de empreendimentos familiares;

- distribuição de propriedade aos lavradores de antigas empresas estatais e criação de empreendimentos familiares e
- privatização de quotas de direito de propriedade entre lavradores e membros de cooperativas, ou em forma de terra ou em forma de quotas de terra.

A criação planejada de empresas familiares, no entanto, nem sempre pôde ser efetivada, de modo que a FAO empreendeu uma análise da situação, que apresentou os seguintes resultados:

- as empresas coletivas e estatais eram economicamente ineficientes, somente sobreviveram em decorrência de altos subsídios e utilizavam formas ultrapassadas de produção;
- em consequência da garantia de pagamento dos salários, os trabalhadores não se importavam com o êxito e, em conformidade com isso, não se motivavam;
- os trabalhadores nestas empresas eram especialistas (contabilistas, ordenhadores, tratoristas) e não eram capazes de dirigir sua própria empresa;
- eles não estavam dispostos a abrir mão das benesses de sua especialização (horários regrados de trabalho, direito a férias);
- uma grande parte das pessoas favorecidas pela devolução da terra, em função da privatização, não estava mais ativa na agricultura, havia se mudado para as cidades e exercia outra profissão;
- Por isso essas pessoas não estavam interessadas em estabelecer e administrar empresas agrícolas.

Em consequência da falta de interesse dos favorecidos e da falta de recursos, a FAO reconheceu que as pré-condições para a criação de uma agricultura familiar eficiente e em grande estilo não estavam dadas. Por isso ela recomendou três alternativas de solução:

- manutenção de grandes empresas comerciais, com novo gerenciamento e nova tecnologia na forma de sociedades anônimas, cooperativas devidamente registradas e outros dispositivos legais de grandes empresas;
- promoção da agricultura familiar, também de empreendimentos de ganho secundário, com apoio estatal para orientação, acesso a crédito e fundação de associações de agricultores e,
- instalação de um sistema de arrendamento, que possibilite aos novos proprietários; arrendarem sua terra para grandes empresas ou para empresas familiares.

Dez anos depois de concluída a revolução política, somente uma pequena parte das antigas empresas estatais e coletivas havia sido transformada em empresas familiares na maioria dos países do bloco leste. Com exceção da Albânia, da Letônia, da Eslovênia e da Polônia, nos quais a maior parte das áreas cultiváveis havia sido transformada em empreendimentos familiares. Mais de 80 por cento das áreas cultiváveis na Moldávia, na Ucrânia, em Belarus* e na Rússia ainda são administradas por grandes empresas com diferentes formas legais.

Tipos de empresas
Nos antigos países europeus socialistas
(em percentuais da LN, 1999 – 2000)

País	agricultura familiar*	grandes empresas agrícolas**
Albânia	97	3
Eslovênia	96	4
Letônia	95	5
Polônia	84	16
Hungria	45	55
Romênia	67	33
Republica Checa	24	76
Eslováquia	23	77
Moldávia	18	82
Ucrânia	17	83
Belarus	16	84
Rússia	10	90

* inclusive economias secundárias

** diferentes formas legais

Fonte: Instituto para o Desenvolvimento Agrário na Europa Central e do Leste, 2001, p. 22.

As vantagens da fundação de empresas agrícolas familiares nos antigos países socialistas estão também na criação de um mercado agrário que possibilita o arrendamento de áreas cultiváveis. O mercado sem dificuldades para transações com terras todavia pressupõe a existência de capital, e este geralmente falta na Europa central e do leste.

Encontra-se também empresas agrícolas familiares em regiões com propriedade comunitária da terra. Garrit Hardin, em seu livro, *The tragedy of the commons*, fez referencia para a problemática desses *Common Property Resources*. Ele narra em seu livro a situação de indivíduos em meio a um grupo com propriedade comunitária, que a utilizam em proveito próprio sem consideração com o uso sustentável e a conservação da propriedade, nem com o bem-estar do grupo como um todo. Esta teoria foi desmentida, nesse meio tempo, por diversos estudos em diferentes países. No entanto, em outros países, como por exemplo na Etiópia e, principalmente em casos de extrema pobreza, a teoria de Hardins tem uma certa legitimidade.

Para alcançar recomendações políticas no setor da propriedade comunitária, a FAO executou um série de estudos de caso nos anos 90. O resultado destes estudos levou alguns países a transformar a terra comunitária em propriedades privadas. Os agricultores, através da conferência de título de propriedade, puderam usar estes títulos de posse para

tomar empréstimos, aumentar seus investimentos e com isso aumentar sua produção.

No entanto, em outros casos a conferência de título de posse atuou negativamente sobre os agricultores, porque pessoas muito influentes deixaram registrar em seu nome parte das terras comunitárias, de modo que aqueles que na verdade tinham direito à terra perderam o seu direito e foram degradados na condição de arrendatários. Ao passo que a conferência de terra feita de forma tradicional, de acordo com as necessidades e dos êxitos das famílias em questão, que administraram de acordo com suas próprias idéias, obriga, neste meio tempo, os arrendadores a produzir as culturas, que lhes são prescritas pelos novos donos. Por esse motivo, as recomendações da FAO dependem particularmente das condições locais, principalmente quando se trata da transformação de propriedades comunitárias em privadas.

Na transferência de direitos de propriedade comunitária para agricultores individuais, deve-se levar em conta que essa transferência não se dá sem custos e que, os custos administrativos, mais os custos com a medição e registro da terra podem ser bem altos e, às vezes mais altos do que o valor da terra.

Já em 1951 Kenneth Parsons, representante da FAO, apontou para a superioridade da agricultura de empresa familiar perante outras, na primeira *Land Tenure Konferenz*, quando ele explicou: Não existe nenhum outro tipo de empresa agrícola mais eficiente, do que a empresa agrícola familiar (Parsons, 1956, p.16). Exatamente quarenta anos depois Binswanger confirmou, com base em suas pesquisas que, na agricultura existem somente poucos *economies of scale*. À exceção gera produtos facilmente perecíveis, que exigem uma rápida manufatura em grandes instalações, como por exemplo bananas, óleo de palmeira, cana de açúcar e chá. Aqui as vantagens das grandes empresas não estão na produção, mas na continuação, na manufatura (FAO, 2000).

Na observação de diferentes tipos de empresas, a FAO apontou para os problemas de poluição ambiental por parte de grandes empresas, que resultam do uso extensivo de meios de produção externos e pelo emprego de modernas tecnologias. Entre eles estão os danos ao meio ambiente devido à adubação excessiva e o uso incorreto e emprego excessivo de pesticidas e herbicidas, que podem poluir a água e pôr em risco o abastecimento futuro de água potável.

Visto em seu todo, as experiências dos últimos tempos ensinaram que tentativas de introduzir um sistema fortemente centralizado de gerenciamento na agricultura estavam destinadas ao fracasso. Empresas estatais e coletivas, como na União Soviética e na China; cooperativas de produção, como na Tanzânia, ou empresas familiares com controle estatal do sistema de cultura, como na Síria e no Egito não alcançaram as pretensas vantagens das grandes empresas.

Em 1997 a FAO compilou os motivos para o fracasso dos programas de desenvolvimento, conforme segue:

A crença na superioridade econômica de grandes empresas e a suposição de que pequenas empresas eram produtores atrasados e ineficientes, teve as seguintes conseqüências:

- uma política agrária conduzida de maneira desorientada em muitos países;
- execução de programas de ajuda para a agricultura em forma de créditos subsidiados, serviço de assessoramento, irrigação, etc. para grandes empresas comercialmente orientadas;
- consideração insuficiente para com os direitos tradicionais e para com a participação da população local no uso dos recursos naturais (FAO, 1997b, p.4).

Indiferentemente, se empresas de grande porte, que não são exploradas pela mão-de-obra dos próprios familiares, se encontram em propriedade privada, coletiva ou estatal, uma repartição em empresas de agricultura familiar conduzirá a um aumento da produtividade do trabalho, contanto que sejam suportadas por sistemas eficientes de comercialização e crédito (World Bank, p.8).

7 A TRANSFORMAÇÃO DA POLÍTICA DA FAO

Como já foi explanado, a FAO somente pode exercer sua atividade nos países membros, quando ela for contratada por algum desses países. Ela tem de respeitar a soberania dos países associados. Isto, no entanto, não significa que a organização executa suas funções de forma acrítica e nem que está de acordo de antemão com as idéias políticas dos governos. Assim, para ficarmos com o nosso tema, uma comissão da FAO condenou em 1985 a política do governo da Etiópia, que subvencionava intensivamente empresas estatais deficientes e prejudicava fortemente o setor da agricultura familiar.

Neste contexto chama-se a atenção para uma particularidade na organização. A antiga União Soviética e a antiga DDR nunca foram membros da FAO. Por este motivo ela nunca se envolveu diretamente com os problemas das empresas estatais e coletivas dos países socialistas.

Para a FAO a agricultura familiar era e é a ideal para uma economia eficiente e sustentável. Uma assistência substancial da FAO está diretamente direcionada para a promoção da agricultura familiar. Isto vale para os setores da produção vegetal e animal, como também para a área econômico-social. Na promoção de empresas familiares a organização se serve do princípio do *Farming Systems Development* no qual são considerados não somente os interesses técnico-produtivos e econômicos, mas também se a empresa está como um todo no centro da intervenção. Também nos setores assessoria, formação, concessão de crédito e comercialização a FAO está ativa através de projetos de atividade, de troca de experiências internacionais e de publicações. Apesar de todas essas atividades procura-se em vão na página de Internet da organização sob o tópico agricultura familiar, por publicações ou referências a projetos de atividades.

No caso especial Brasil, a FAO comprovou, num trabalho em conjunto com o INCRA, que empresas familiares são mais eficientes do que as empresas agrícolas, que empregam mão-de-obra assalariada quando se compara a relação uso da terra, trabalho

e capital por trabalhador assalariado. Além disso na empresa familiar existe a possibilidade de ascensão social para os seus participantes, o que em outros sistemas de empreendimentos agrícolas não é possível (FAO, 1995b).

A promoção de empresas de agricultura familiar através da FAO torna-se especialmente compreensível em duas de suas áreas de ação: reforma agrária e modos de colonização.

a) Auxílio na execução de reforma agrária

Neste setor a FAO foi especialmente ativa. Ela assessorou governos no planejamento e execução de reformas agrárias e, nos anos 70 e 80, executou projetos para auxílio de reforma agrária em mais de 40 países.

No ano de 1979 a FAO organizou em Roma a Conferência Mundial para Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. O programa de ação, aceito pela conferência, foi por muito tempo o guia político da organização que desafiou os governos a remover obstáculos ao desenvolvimento rural, a criar igualdade social e, a partir dessas bases, tomar medidas institucionais, jurídicas e políticas, para possibilitar, à maioria da população rural, amplo acesso à terra e a outros recursos naturais (FAO, 1981, p.9). Também recomendou a criação de limites superiores de propriedade privada e exigiu a proteção dos direitos dos pequenos agricultores (ibid, p.11). Além disso o programa de ação exigiu a execução de medidas políticas para auxílio a pequenos agricultores e a suas associações (ibid, p.18).

O programa foi aceito por unanimidade pelos 145 governos participantes. Como medidas para serem seguidas, a FAO organizou, em 20 países, missões chamadas *Inter-Agency*. Seus componentes discutiram estratégias e medidas para a melhoria das condições das propriedades no campo, para a desapropriação de grandes propriedades e para a criação de empresas familiares para pequenos agricultores, com altos representantes dos respectivos governos. A esse respeito a organização publicou mais de 1000 documentos sobre o tema reforma agrária.

Com a queda do sistema social socialista, no início dos anos 90, resultaram conseqüências para a deliberação política no setor da reforma agrária. Em primeiro lugar, o tema reforma agrária havia sumido por completo da ordem do dia da FAO, bem como da política internacional de desenvolvimento. A FAO reconheceu que, em virtude de programas de adaptação estrutural, de descentralização e de uma redução do papel do Estado não era mais possível efetuar reformas drásticas de redistribuição de terras. Por isso ela se esforça em estimular outras medidas, menos rigorosas, à maneira das reformas orientadas pelo mercado.

Desde meados dos anos 90 a FAO incluiu novamente em seu programa de trabalho o tema da reforma agrária. Desse modo o programa de ações de ponta para alimentação mundial exige: acesso à terra através da reforma agrária em países, onde a terra está distribuída de forma desigual e improdutiva. O programa recomenda uma continuação

reforçada das ações deliberadas na conferência mundial para a reforma agrária e desenvolvimento rural e exige incremento (*empowerment*) dos pequenos empreendimentos familiares, bem como altos investimentos para os pequenos produtores de alimentos (FAO, 1996c, cap.3,5 e 6,2).

Apesar de a organização ter se afastado de sua antiga concepção de uma reforma agrária radical, ela não abriu mão de seu objetivo com relação à criação de empreendimentos familiares. A empresa familiar permanece no centro da consultoria política agrária. Ela quer com isso - assim consta em seu relatório: 'promover política de desenvolvimento agrário e rural para a América Latina', que fomente os potenciais produtivos e econômicos dos produtores agrícolas, que não impeça a melhoria das condições básicas institucionais. Portanto, fomento do mercado de terras, melhoria do imposto agrário e melhoria das condições de arrendamento (FAO, 1997 a).

b) Apoio para a execução de projetos de colonização

Na América Latina as medidas, em termos de extensão de colônias agrícolas, têm muito maior importância do que as medidas de reforma agrária.

Na execução de projetos de colonização através de derrubada de mata ou introdução de irrigação, a FAO favorece inequivocamente a formação de colônias de pequenos agricultores com direitos individuais de propriedade, mesmo com o risco de que isso não leve a uma maximização da produtividade agrícola porque, via de regra, falta aos colonos meios externos de produção (FAO, 1995c, p.27).

No setor modos de colonização a FAO orienta seus países associados na configuração do programa, como por exemplo, na fixação de objetivos de colonização, formas de propriedade, formas de colonização, na seleção de grupos alvos, tamanho do empreendimento e infra-estrutura.

Quando da orientação para a execução de projetos de colonização a FAO chama a atenção para os altos custos envolvidos, que contudo dependem dos objetivos do projeto, das condições de localização, do grau de participação dos próprios colonos, bem como dos gastos com serviços e infra-estrutura. A FAO também alerta que, com frequência, somente uma pequena camada de agricultores privilegiados é beneficiada, enquanto a massa dos camponeses necessitados fica sem nada. Em função dos motivos mencionados, a FAO sugere aos seus governos membros que, antes de iniciarem um processo de colonização caro, reflitam sobre possibilidades alternativas de desenvolvimento de produção.

Com relação ao Brasil a FAO expôs os efeitos negativos da colonização para os pequenos agricultores na bacia do Amazonas. A este respeito ela manifestou-se assim em 1993: "Apesar de terem sido planejadas muitas colônias para agricultores sem terra, estes não conseguiram instalar comunidades agrícolas sustentáveis. Por causa dessas colônias a floresta tropical sofreu enormes prejuízos e a desigualdade entre pobres e ricos

acentuou-se ainda mais" (FAO, 1993, p.59-60).

8 O FUTURO DA ECONOMIA FAMILIAR

Desde o princípio dos anos 80, a economia familiar é confrontada, em nível mundial, com rápidas mudanças econômicas e políticas: programas de adequação estrutural, liberalização do comércio, globalização e criação de zonas comerciais regionais. Ao mesmo tempo aconteceram amplas mudanças institucionais: descentralização da administração estatal e redução de subvenções para pequenos agricultores. Além disso, mundialmente, os agricultores ficaram expostos à concorrência internacional. Atualmente, mais de 70 por cento do comércio com produtos agrários estão nas mãos de companhias multinacionais, que objetivam um movimento de venda, que é superior ao produto social bruto de muitos países em desenvolvimento.

Para algumas empresas familiares existe a possibilidade de trabalho em conjunto com essas companhias multinacionais e de venda dos seus produtos. No entanto, desta maneira, estarão expostos a uma dependência direta, que pode se transformar em desvantagem. Sobre isso o professor Wander faz uma veemente advertência em seu trabalho de mestrado no que se refere à cultura do maracujá no Brasil (WANDER, 1999).

Também, em nível nacional, as medidas de concentração de produção podem gerar efeitos negativos sobre as empresas familiares. Com relação ao Brasil, a FAO chamou a atenção em 1991 para o fato de estar ocorrendo uma migração constante de regiões densamente povoadas para áreas pouco ocupadas. Essa migração foi provocada, em parte, pelo desalojamento de população local devido ao desenvolvimento de grandes empresas de capital intensivo nas áreas mais ricas do país (FAO, 199a, p.21).

Para assegurar seu lugar diante das novas exigências, é impossível, para a maioria das empresas familiares, juntar-se com outros produtores em forma de organizações formais ou informais. Isto vale tanto para *pressure groups* politicamente orientados, quanto para instituições, que estão atuando no setor de serviços. Nesse sentido, o atual desenvolvimento de cooperativas familiares parece-me ser uma iniciativa muito prometedora. Ela possibilita a articulação das necessidades dos agricultores em empreendimentos familiares e promove interesses econômicos e culturais em comum. Ela possibilita, conforme a senhora Leonida Reich verificou em seu trabalho de mestrado, a colaboração na tomada de decisões, cria pré-condições para atitudes solidárias na exploração da terra, fornece estímulos para cultivo ecologicamente correto do solo e oferece vantagens através da comercialização direta (Reich, 2000, p. 108).

Com isso já está iniciado um ramo de produção no qual empresas familiares têm vantagens na concorrência perante outros tipos de empresas: a exploração ecológica da terra. Também no cultivo de culturas especiais como temperos, plantas curativas e ornamentais, as empresas familiares são freqüentemente superiores à outras empresas.

Uma vantagem substancial das empresas familiares é a diversidade na exploração do campo. Ela permite, caso necessário, trocar, em curto espaço de tempo, uma cultura por outra. Uma importância decisiva para o setor familiar é sua grande capacidade de provisionamento próprio, que possibilita reagir com flexibilidade diante de turbulências econômicas ou climáticas.

Nas reflexões sobre as perspectivas de futuro para as empresas familiares não se deve perder de vista que já agora, em alguns países, pessoas jovens se decidem, bem conscientes, por uma vida no campo e voltam as costas para a vida agitada das cidades.

9 CONCLUSÃO

Conforme exposto, muitos agentes estão envolvidos na concepção da política da FAO para empresas de agricultura familiar. Ela é influenciada pela secretaria, por países membros e pelo diretor geral. Estes tomam suas decisões e estabelecem prioridades políticas levando em consideração as realidades econômicas, sociais, políticas e ecológicas.

A organização persegue, nos países associados, os objetivos de um cultivo e desenvolvimento agrícola sustentável, de uma produção economicamente eficiente e socialmente compatível.

Estas metas podem ser alcançadas através de diferentes formas de empresas. De acordo com as experiências da FAO a forma de empresa mais apropriada, para a maioria dos países, é a agricultura familiar. Ela fomenta o estímulo pessoal e a motivação dos agricultores para aumentar a produtividade. Ela contribui, mais do que outras formas de empresas, para a criação e manutenção de empreendimentos independentes, que por seu lado são de grande importância para o desenvolvimento de um país.

A FAO não subestima as dificuldades, com as quais as empresas familiares, que operam sozinhas, tem que se defrontar, ela tenta, no entanto, minimizá-las, na medida que ela apóia medidas para a união de grupos de interesse e associações de prestação de serviços.

Analisando em seu todo, a FAO apóia todas as medidas de governos associados para a promoção de empresas agrícolas familiares. Nisso ela se une à opinião de Adam Smith, que há mais de cem anos comprovou: "Um pequeno proprietário, que conhece cada pedacinho de sua terra, que a trata com amor, e que nela encontra alegria, não somente em cultivá-la, mas também em mantê-la e ornamentá-la, é também, via de regra, o mais ativo, o mais compreensivo e o mais feliz aperfeiçoador da agricultura" (citado em Abel, p. 235).

10 REFERÊNCIAS

- ABEL, W., Agrarpolitik, Göttingen, 465 S., 1958.
- BARRACLOUGH, S., Ghimire, K. and Meliczek, H. Rural Development and the Environment, United Nations Research Institute for Social Development, Geneva, 123 p., 1997.
- FAO. The Strategic Framework for FAO, 2000 -2015, <www.fao.org/docrep/x3550e/x3550300.htm>, 2000.
- FAO. Programme of Work and Budget, 2000 - 2001, Document C/93/3, Rome, 1999.
- FAO. Agricultural and rural development policy in Latin America, New directions and new challenges, Rome, 1997a, 56 p..=
- FAO. New trends in rural development and poverty alleviation, Decentralization and Rural Development No. 11, Rome, 1997b, 16 p.
- FAO. Guidelines for the integration of sustainable agriculture and rural development into agricultural policies, Agricultural Policy and Economic Development Series, No. 4, Rome, 1997c, 53 p.
- FAO. Decentralized planning in Sub-Saharan Africa, Economic and Social Development Paper, No.140, Rome, 1997d, 108 p.
- FAO. Promotion of family farms in Italy, public policy and finance, Rome, 1996a, 100 p.
- FAO. Structural reform process in Central and Eastern European countries, (ERC/96/7), Rome, 1996b, 12 p.
- FAO. World Food Summit, Plan of Action, Rome, irreg. paging, 1996c.
- FAO. Medium- and long-term perspectives in food and agriculture (1996-2001/2010) and priorities for major programme agriculture 1996-1997,(COAG/95/4), Rome, 1995a, 11 p.
- FAO. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável, Projeto UTF/BRA/036, 1995b.
- FAO. Planning of sustainable use of land resources, Towards a new approach, Rome, 1995c, 60 p.
- FAO. The farming systems approach to development and appropriate technology generation, Rome, 1995d, 229 p.
- FAO. World agriculture: Towards 2010, Rome, 1995e, 488 p.

- FAO. Rural households and sustainability, Rome, 1994a, 126 p.
- FAO. Strategies for sustainable agriculture and rural development, New directions for agriculture, forestry and fisheries, Rome, 1994b, 64 p.
- FAO. The state of food and agriculture, 1994, Rome, 1994c, 357 p.
- FAO. Agricultural policy analysis for transition to a market-oriented economy in Vietnam, Economic and Social Development Paper No. 123, Rome, 1994d, 146 p.
- FAO. Rural poverty alleviation, policies and trends, Economic and Social Development Paper No. 113, Rome, 1993, 81 p.
- FAO. Development strategies for the rural poor, Rome, 1991a, 104 p.
- FAO. Social and institutional aspects of sustainable agriculture and rural development, Rome, 1991b, 36 p.
- FAO. The Peasants' Charter, The Declaration of Principles and Programme of Action of the World Conference on Agrarian Reform and Rural Development, Rome, 1981, 35 p.
- HERRERA, A., RIDDELL, J. and TOSELLI, P. Recent FAO experiences in land reform and land tenure, FAO Land Reform, Land Settlement and Cooperatives, p. 53 - 64, 1997/1.
- INSTITUT FÜR AGRARENTWICKLUNG IN MITTEL- und Osteuropa. Betriebs- und Eigentums-strukturen in der Landwirtschaft Mittel- und Osteuropas, Forschungsbericht, p. 21 - 26, 2001.
- LAND TENURE CENTER. Newsletter, No. 81, University of Wisconsin, Madison, p. 12, 2001.
- LOSCH, B. Family agriculture and globalization, Magazine on Low External Input and Sustainable Agriculture, vol. 17, n. 2, p. 24 - 25, 2001.
- PARSONS, K.H. Land reform and agricultural development, in: Proceedings of the International Conference on Land Tenure, held in Madison, Wisconsin, p. 3 - 22, 1956.
- REICH, L. Die familiäre Kooperative von Chapecó, Brasilien, eine Alternative für kleinbäuerliche Landwirtschaft, Magisterarbeit, Institut für Rurale Entwicklung, Göttingen, 2000, 134 p.
- WANDER, A. E. Die sozioökonomische Bedeutung des Maracujaanbaus für kleinbäuerliche Gemischtbetriebe im östlichen Amazonasgebiet, Nordost Para / Brasilien, Agrarwissenschaften, Band 10, 1999, 116 p.

WORLD BANK. Agriculture Sector Review, Agriculture and Natural Resources Department, Washington, D.C., 1993, 41 p.

Recebido para publicação em 28/09/01

Aceito para publicação em 14/11/02